



# Clipping Nacional

de

# EDUCAÇÃO

Brasília, 22 de Novembro de 2019

## O CUSTO DA CARTEIRINHA

*Documento do MEC custará R\$ 10,5 milhões por ano e exigirá acesso a dados do aluno*

Criada por meio de Medida Provisória (MP) enviada ao Congresso, a nova carteirinha estudantil digital terá impacto financeiro de R\$ 5 milhões ainda em 2019 e, depois, de R\$ 10,5 milhões por ano.

Os custos previstos para os cofres públicos decorrentes da iniciativa lançada pelo governo Bolsonaro estão registrados em documentos internos do Ministério da Educação (MEC) obtidos pelo GLOBO por meio da Lei de Acesso à Informação.

Ao anunciar e propagandear o projeto, o governo tem dado ênfase ao fato de que a nova carteirinha, a ser emitida pelo MEC, será gratuita para o estudante. A medida foi adotada como uma ofensiva contra agremiações estudantis que têm feito oposição ao governo, a exemplo da União Nacional dos Estudantes (UNE), que expedem a carteirinha hoje pelo valor médio de R\$ 35.

Segundo os documentos internos, serão gastos R\$ 5 milhões para a construção do Sistema Educacional Brasileiro (SEB), que permitirá a coleta de dados dos estudantes a partir das instituições de ensino do país. É com o apoio dessa plataforma que as carteirinhas estudantis serão emitidas.

Haverá custos também com o

desenvolvimento de um aplicativo móvel para fazer a emissão, de fato, das carteiras digitais. Esse app, segundo os documentos internos, deve contemplar um sistema de login único, para facilitar a identificação do cidadão.

O aplicativo terá ainda uma ferramenta de confirmação de dados cadastrais, chamado de Data Valid, que permite validar informações biométricas e cadastrais a partir de bases específicas, como as da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Os estudantes poderão baixar o aplicativo e receber a carteirinha. O documento também será expedido no formato físico, caso o beneficiado não tenha acesso a smartphone.

A manutenção desses dois sistemas — o SEB e o aplicativo — custará R\$ 10,5 milhões por ano. O governo afirma, nos documentos que embasaram a edição da MP da ID Estudantil, que a despesa estimada para 2019 tem “adequação orçamentária e financeira” com os gastos previstos para este ano. Registra ainda que o custo projetado para 2020 “guarda compatibilidade” com o projeto orçamentário do ano que vem enviado ao Congresso pelo governo.

O governo descreve, na documentação, que estima a emissão de 58 milhões de carteirinhas, considerando o número de estudantes em todos os níveis de ensino do país. Com base nessa projeção, defende que o custo médio

por carteirinha será de R\$ 0,17.

Esse cálculo, no entanto, é a média de gastos em um ano fechado, e não computa as despesas ao longo do tempo. Também parte do pressuposto de que todos os estudantes usarão o aplicativo.

Um dos principais interesses do governo com a medida, que ficou batizada de “MP da Liberdade Estudantil”, é a formação do Sistema Educacional Brasileiro, que trará “os dados pessoais” de professores e alunos.

São eles: matrícula e frequência do estudante, histórico escolar e “outras informações a serem estabelecidas em ato do Ministro da Educação”, diz a MP.

O Sistema Educacional Brasileiro será alimentado e atualizado com as informações prestadas pelas instituições de ensino públicas e privadas.

Essa forma de criar o banco de dados foi uma solução jurídica encontrada pelo governo após pareceres internos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao MEC, desaprovarem o uso de informações dos censos escolares para fazer a identificação estudantil, conforme mostrou O GLOBO em maio.

Para o Inep, os dados coletados nessas pesquisas governamentais não poderiam ser usados para outros fins. Para contornar eventuais questionamentos, o governo previu na MP que o estudante, ao pedir o





documento, dá o “consentimento” para que seus dados sejam integrados ao SEB e compartilhados com o MEC.

Os documentos mostram que o principal objetivo da MP é ter o banco de dados. A formação desse cadastro de informações é apontado, inclusive, como a justificativa para a “urgência e relevância”, que são requisitos legais para se editar uma medida provisória, que tem força de lei assim que é publicada.

#### COLETA DE DADOS

A obtenção dos dados, segundo o governo, será importante para medir as políticas públicas, sobretudo no atual cenário de falta de orçamento, e embasar eventuais “intervenções pontuais” e “novas e urgentes políticas”.

“A urgência e relevância decorrem da necessidade de se implementar o cadastro único dos estudantes, que, especialmente nesse crítico cenário de contingenciamento de gastos, revela-se de importância, não apenas para monitoramento e avaliação dos resultados das políticas públicas estudantis, como para intervenções pontuais e elaboração de novas e urgentes políticas”, diz documento

encaminhado por Weintraub ao presidente, justificando a necessidade de editar a MP.

A medida prevê que os entes que hoje podem emitir a carteira—como a UNE, instituições de ensino e centros acadêmicos— continuam tendo essa prerrogativa, mas terão que consultar, de forma gratuita, o SEB antes de expedir o documento.

A nova ID foi apresentada oficialmente como uma forma de driblar fraudes. O ministro Weintraub, no entanto, não esconde também a intenção secar a fonte de recursos das agremiações estudantis consideradas hostis ao governo. No Twitter, ao falar da nova carteirinha, escreveu: “Desespero na UNE! Fim da mamata!”.

O lançamento do aplicativo do MEC para emissão das carteirinhas está previsto para dezembro. Ele terá versões para Android e iPhone.

A comissão mista que analisará a MP ainda não foi instalada. Caso não seja votada, perde a validade em 16 de fevereiro. Já há 162 emendas propostas por parlamentares para mudanças no texto. O MEC e o Inep foram procurados pelo GLOBO, mas não responderam.





## O PREÇO DA CARTEIRA GRATUITA

Documento do MEC detalha gastos com o novo ID estudantil

### VII - IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

37. A estimativa de custos para implantação do Sistema Educacional Brasileiro e da CIE digital é de R\$ 5.000.000,00 e para sua manutenção é de R\$ 10.503.604,83 por ano.

39. O INEP, por sua vez, informa que o impacto orçamentário estimado para execução das ações sob sua responsabilidade é da seguinte monta: a) 2019: R\$ 1.000.000,00; b) 2020: R\$ 500.000,00; e c) 2021: R\$ 500.000,00, informando, ainda:

21. A urgência e relevância decorrem da necessidade de se implementar o cadastro único dos estudantes, que, especialmente nesse crítico cenário de contingenciamento de gastos, revela-se de especial importância, não apenas para monitoramento e avaliação dos resultados das políticas públicas estudantis, como para intervenções pontuais e elaborações de novas e urgentes políticas.

## Mais da metade da verba para escolas cívico-militares será usada com salários

*Dos R\$ 54 milhões liberados pelo MEC, R\$ 28 milhões vão para pagamento de militares da reserva; 54 municípios receberão as primeiras unidades*

PAULA FERREIRA

paula.ferreira@infoglobo.com.br

BRASÍLIA

Mais da metade dos R\$ 54 milhões disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC) para financiar as escolas cívico-militares será utilizada para pagar militares da reserva. Serão repassados R\$ 28 milhões ao Ministério da Defesa para arcar com despesas de pessoal. O restante será liberado para melhorias em infraestrutura em escolas cujos estados aderiram ao programa e não necessitam contratar militares via MEC.

Nesta quarta-feira, o MEC anunciou o nome dos 54 municípios que receberão as primeiras escolas do modelo. Apenas três estados não foram contemplados: Espírito Santo, Sergipe e Piauí.

— Quando tivermos oficiais trabalhando nas escolas, não teremos financiamento, o MEC

pagará o Ministério da Defesa. Nas localidades em que esses militares não estiverem à frente da escola, teremos o financiamento para melhorar infraestrutura e financiar os uniformes dos alunos. Na contrapartida, os estados entram com acessão dos profissionais da polícia militar local — explicou Jânio Macedo, secretário de Educação Básica do MEC.

Como 11 estados não aderiram ao programa, o MEC não poderá contar com a força de trabalho disponibilizada pelos agentes de segurança locais. É o caso do Rio de Janeiro, que não aderiu ao modelo, mas foi contemplado com uma escola na capital. Segundo o ministério, mil militares da reserva oriundos das Forças Armadas e das polícias, além de bombeiros da ativa, trabalharão nas escolas.

Nas unidades onde o MEC será o responsável por pagar a mão de obra, os militares receberão gratificação de 30%.

Na seleção dos primeiros municípios, o MEC levou em conta se eram capitais dos estados ou pertenciam à região metropolitana; se estavam situados em faixa de

fronteira; e qual a faixa populacional. Segundo a pasta, foram priorizados os mais populosos. Assim, municípios cujos estados não aderiram ao programa e que não tinham número suficiente de profissionais da reserva residindo na cidade ficaram de fora — por isso, nenhuma cidade do Espírito Santo, Sergipe e Piauí foi selecionada.

A região Norte vai receber o maior número de escolas (19); no Sul, serão 12; dez no Centro-Oeste; oito no Nordeste; e cinco no Sudeste.

O MEC vai entregar às secretarias de educação um “regulamento”, o projeto político pedagógico, os critérios de avaliação e manuais de conduta para os funcionários. Questionado sobre as exigências, o subsecretário de fomento às escolas cívico-militares, Aroldo Cursino, não deu detalhes:

— De forma nenhuma o medo pode estar dentro da escola. O que diferencia (o

modelo de outros) é a disciplina. Fui diretor de um colégio militar no Rio, e a grande diferença que temos a possibilidade de dar atenção de que o aluno necessita.

## Formar professores

*CLAUDIA COSTIN*

No início de novembro, o Conselho Nacional de Educação aprovou, por unanimidade, uma resolução com novas diretrizes curriculares (DCN) para a formação inicial de professores para a educação básica. O papel das DCN e da Base a elas integrada irá, após a homologação do Ministério da Educação, nortear a criação e a estruturação de cursos superiores de pedagogia e licenciaturas.

As novas DCN surgem a partir de uma lei de 2017 que estabelece que, em até dois anos após a aprovação da Base Nacional Comum Curricular, orientações para os currículos dos cursos que formam professores devem ser elaboradas. Isso faz sentido, afinal precisamos preparar os docentes para um exercício da profissão que resulte em aprendizagem de qualidade, de acordo com o que se pactuou que crianças e adolescentes aprendam nas escolas.

Infelizmente, ainda estamos patinando em qualidade, apesar de

avanços no acesso aos bancos escolares e de algumas melhorias tímidas no ensino fundamental. Nesse sentido, tornar a profissão mais atrativa e melhorar a formação dos docentes é decisão fundamental.

O professor é o fator mais importante para garantir boa aprendizagem aos alunos, podendo mesmo superar desigualdades de desempenho de origem socioeconômica, de acordo com pesquisas recentes. Mas, para tanto, há que existir boas políticas docentes, que atraiam talento para a profissão, apoiem a atuação dos mestres com bons materiais alinhados aos currículos e assegurem formação de boa qualidade.

É por essa razão que as DCN podem ajudar a construir uma educação de excelência. Junto com a recente aprovação de currículos para os 26 estados e o Distrito Federal, em colaboração com seus municípios, a revisão do que se ensina nos cursos que formam professores, tornando-os mais vinculados à

prática profissional e mais adaptados às novas exigências do século 21, vai certamente contribuir para o aprimoramento do processo de ensino.

As novas diretrizes mudam pontos importantes na formação inicial de professores. Em primeiro lugar, definem um perfil claro dos egressos dos cursos, tanto para orientar os currículos quanto para apoiar avaliações de saída, como o Enade. Além disso, enfatizam o contato com a prática, sempre em diálogo com a teoria, desde o primeiro ano da formação, e estabelecem limites ao uso de educação à distância, de forma a assegurar um curso mais vivencial.

Muito mais precisa ser feito para termos escolas que combinem excelência com equidade, mas tudo começa com formar e apoiar os professores para que possam fazer um trabalho que garanta, às novas gerações, o direito de aprender.

## Queremos dois futuros na tecnologia?

*NINA DA HORA*

Todo dia nos deparamos com uma notícia diferente que envolve tecnologia e suas contribuições para avanços de outras áreas. Todo dia, também com esses avanços, contribuímos para uma certa preocupação e ansiedade nos jovens que estão iniciando na carreira. No que esses avanços podem impactar seus futuros? Bom, os jovens que têm acesso a recursos e à educação de qualidade conseguem ingressar nesse tipo de discussão e provocação que faço neste parágrafo. Mas e os jovens marginalizados pela sociedade, qual a perspectiva destes em relação a esse debate? Como a tecnologia chega neles? Ela chega?

Nascemos e vivemos numa sociedade que é desigual, e como estamos caminhando para uma era cada vez mais tecnológica, precisamos ressignificar a tecnologia e seus acessos.

Essa provocação mistura passado, presente e futuro. Se analisarmos detalhadamente, visualizamos muitas brechas para o desenvolvimento e a geração de empregos a partir da tecnologia. Vemos que muitas das mudanças que a tecnologia trouxe não chegaram a

todos os lugares. Sem querer, podemos estar criando outro nível de desigualdade, a desigualdade tecnológica, que está muito atrelada à educação, ao acesso.

Pense no jovem de escolas públicas e no jovem de escolas particulares, que têm laboratórios e recursos que permitem entender a importância da tecnologia para além das redes sociais. Os primeiros, quando têm acesso a recursos tecnológicos, procuram pensar em resolver um problema da própria comunidade. Aí entra o que chamo de dois futuros dentro do mesmo presente.

As escolas públicas não têm, em sua maioria, recursos e espaços que promovam discussão acerca da utilização da tecnologia para soluções que impactem uma comunidade, mas dentro das periferias tem se criado um movimento incrível de troca de conhecimento nessa área.

O jovem que consegue atravessar a rede social e entender conceitos como algoritmos e programação tem tentado ensinar e colocar outros jovens de periferia no mercado. Perifa Code e Tecnogueto são alguns desses exemplos. Jovens como

William Oliveira e Rodrigo Ribeiro, que conseguiram aprender e estão voando na área de tecnologia, criaram esses dois projetos que ensinam a jovens da periferia conceitos de programação e ajudam no direcionamento deles dentro do mercado.

Esses jovens estão conseguindo ser líderes de suas famílias utilizando a programação. Logo, essa ferramenta não só impacta a sociedade como muda economicamente a estrutura de uma família. Quando falo de dois futuros é que o que foi apresentado nem sempre é a nossa primeira opção. Esse movimento de jovens, pessoas periféricas e faveladas de criar seus próprios espaços de troca de conhecimento é a construção, a partir de uma outra perspectiva, do futuro do trabalho dentro da era virtual.

A ressignificação do uso da tecnologia no futuro do trabalho parte desse outro lugar, que é facilitar o acesso de pessoas diversas a conceitos como realidade virtual, inteligência artificial e “machine learning”, que hoje, no nosso contexto, são colocadas como parte de um processo de substituição de pessoas por máquinas.





Uma nova perspectiva possibilita a educação sobre como essas ferramentas são construídas, e não apenas o remanejamento de pessoas para serem suporte de dispositivos.

Não podemos esquecer que toda mudança não traz só flores, mas dor também. Então imagine trabalhadores de uma hora para outra perdendo suas funções para uma máquina sem entender como isso aconteceu, pois sem acesso não conseguem entender esse tipo de discussão.

No início deste texto fiz algumas provocações. Agora queria provocar uma provação/solução. Você que está em um espaço que tem infraestrutura e recursos tecnológicos

promova encontros com quem está longe ou não entende. Você que é aluno de escola com um laboratório maker, por exemplo, organize uma visita de um colégio público à sua unidade. Nós, jovens periféricos, continuamos ressignificando a palavra tecnologia para ser parte de nossas habilidades em resolver problemas da nossa comunidade.

Realizemos essas trocas no mundo real, pois mesmo com esses avanços ainda andamos no chão.

Nina da Hora

Graduanda em ciências da computação (PUC-RJ), criadora do Computação da Hora Creative Technologist, na Havas Plus, e integrante do Perifa Code



## Mais da metade do orçamento de escolas militares vai pagar oficiais da reserva

Paulo Saldaña  
BRASÍLIA

Mais da metade do orçamento do governo Jair Bolsonaro para a implementação das escolas cívico-militares em 2020 será destinado ao pagamento de oficiais da reserva das Forças Armadas. Dos R\$ 54 milhões reservados para a ação, R\$ 28 milhões serão repassados para o Ministério da Defesa pagar pessoal.

Cerca de mil oficiais da reserva atuarão nas escolas dentro desse modelo e receberão um adicional de 30% de gratificação. O projeto prevê atuação desses militares das Forças Armadas mas também de agentes estaduais, como policiais militares e bombeiros.

No entanto, como 11 estados não aderiram ao programa, o MEC (Ministério da Educação) não poderá contar com esses oficiais ligados aos estados. Dessa forma, a própria existência de militares da reserva nos municípios teve que ser o principal critério para a escolha das

idades beneficiadas.

Isso impactou o alcance do programa. O plano inicial do governo, que elegeu as escolas militares como uma das vitrines na área da educação, era de que todos os estados recebessem ao menos uma escola, o que não ocorreu.

Espírito Santo, Sergipe e Piauí ficaram de fora, mesmo com municípios interessados, de acordo com balanço divulgado nesta quinta-feira (21) pelo MEC. As 54 escolas que migrarão para o modelo no próximo ano estarão em 23 estados e no Distrito Federal.

O governo vinha trabalhando com a informação de que todas as escolas contempladas receberiam aporte de R\$ 1 milhão para adequação de infraestrutura e pagamento de pessoal. Mas, nas escolas que receberão oficiais federais da reserva, o recurso destinado à escola será usado apenas para o pagamento desse pessoal.

Serão contempladas 38 escolas estaduais e 16 municipais. O estado de São Paulo não aderiu dentro do prazo e somente uma escola municipal, em Campinas, será convertida para o modelo. Serão cinco escolas no Sudeste, a região mais populosa do país. Oito estarão no Nordeste, 10 no centro-oeste, 12 na região Sul, e 19 no Norte. O governo privilegiou ainda municípios que são capitais ou estão em regiões metropolitanas.

O próximo passo é a escolha das unidades. De acordo com o secretário de Educação Básica do MEC, Janio Macedo, escolas com maus resultados educacionais e localizadas em regiões de alta vulnerabilidade serão privilegiadas.

Nesse modelo, militares da reserva atuam na administração da escola. Diferentemente das escolas puramente militares, totalmente geridas pelo Exército, nesse desenho as secretarias de educação continuam responsáveis pelo





currículo escolar, as estudantes precisam usar fardas e seguir as regras definidas por militares.

O plano do governo é apoiar 216 escolas militares até 2023. O país tem cerca de 140 mil escolas. Unidades militares ganharam evidência nos últimos anos por causa de indicadores educacionais positivos e por atacarem o problema da indisciplina.

Por outro lado, educadores se opõem à militarização da educação e à priorização de investimentos no modelo. Reportagem da Folha mostrou que as escolas militares e institutos federais com o mesmo perfil de alunos têm desempenho similar.

Especialistas criticam a militarização da educação e afirmam que escolas convencionais também podem melhorar seus resultados se receberem atenção especial. O secretário Janio Macedo defendeu a

política e ressaltou que essa é uma das ações do MEC, não a única. "Não é militarizar o aluno, não é trazer um ensino que seja militar, mas é aproveitar os bons exemplos", diz. "A grande diferença é que tem um pacto escolar, aquela comunidade foi ouvida pelo interesse e a comunidade vai participar desde o início."

Macedo afirma que a comunidade escolar (professores, alunos e famílias) tem que aprovar a implementação. No lançamento do projeto, entretanto, Bolsonaro defendeu que o modelo fosse imposto independentemente da vontade da escola.

"Fui diretor de um colégio militar e posso afirmar que a grande diferença é que temos a possibilidade de dar atenção ao que o aluno precisa", disse Aroldo Cursino, da subsecretaria de Políticas para Escolas Cívico-Militares do MEC.

## Escolas cívico-militares do MEC

Plano de expansão de escolas cívico-militares do MEC



**140.000** é o total de escolas

Escolas elegíveis

- Anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano)
- Ensino médio
- Com ao menos 500 alunos e no máximo 1.000
- Ideb abaixo da média do estado
- Estudantes em situação de vulnerabilidade





## Mapa de adesão

Municípios que terão escolas no modelo

- Uma escola
- Duas escolas



Não terão escolas no modelo no próximo ano

- Espírito Santo
- Sergipe
- Piauí

### R\$ 54 milhões

é o orçamento do projeto em 2020, que transformará escolas públicas no modelo cívico-militar

### R\$ 28 milhões

serão repassados para o Ministério da Defesa pagar cerca de 1.000 oficiais da reserva que atuarão nas escolas

### R\$ 26 milhões

vão para o governo local aplicar em infraestrutura; nestas escolas, atuarão policiais e bombeiros militares

\*Mais um município será indicado pelo estado

## Mensalidade escolar vai subir acima da inflação

Fabiana Cambricoli Isabela Palhares

Boletos serão reajustados entre 3% e 6% em 2020, segundo o sindicato das escolas de SP. Salários de professores e investimentos em tecnologia são apontados como motivos da alta. Com aumento de 6,56% nos gastos com a escola das filhas Teresa e Sophia (f), o empresário Luís Calderon diz que vai replanejar o orçamento familiar.

Ao receber as cartas com o valor para o próximo ano da mensalidade da escola das duas filhas, o empresário Luís Calderon, de 45 anos, já passou a planejar a redução de gastos em outras áreas do orçamento familiar. Seguindo a tendência dos últimos anos, o reajuste dos boletos de escolas particulares continua acima da inflação. Segundo o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (Sieesp), a maioria dos reajustes foi definida entre 3% e 6%.

Desde 2015, o aumento calculado pelo sindicato fica acima da inflação. O acumulado dos últimos 12 meses, segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), chegou a 2,6% e o mercado financeiro projeta

terminar o ano com índice de 3,31%. De acordo com o sindicato, os colégios afirmam que os aumentos têm ficado acima da taxa inflacionária principalmente por causa da necessidade de investimento em tecnologia na área educacional.

“Para nós, educação é a prioridade no orçamento doméstico e não temos nada a reclamar da escola. Por isso, não questionamos os aumentos”, diz Calderon. As filhas dele estudam no Colégio Santa Maria, na zona sul de São Paulo, onde o reajuste das mensalidades foi de 6,56%. A escola oferece descontos de até 8% para quem consegue antecipar em alguns meses o pagamento da matrícula, que tem o mesmo valor de uma mensalidade – na unidade, o valor varia de R\$ 2,5 mil a R\$ 3,5 mil.

Gerente financeiro do colégio, Antônio Pires explica que os reajustes dos últimos anos ficaram acima da inflação por causa dos investimentos em estrutura física e salários dos professores. “Nos últimos anos, os professores receberam aumento real e neste ano fizemos melhoria nos laboratórios de Química e Física e investimos na parte de informática”, diz.

Benjamin Ribeiro, presidente

do Sieesp, explica que não há padronização no reajuste, mas diz que as escolas tendem a se esforçar para que o aumento não seja muito acima da média para não perder estudantes. “O cenário da escola particular hoje é muito concorrido, acirrado e diverso. Em São Paulo, temos escolas com mensalidade de R\$ 500 a R\$ 8 mil. Não importa se é a mais barata ou a mais cara, hoje as famílias têm muita opção.”

Para a relações-públicas Daniela Penna, de 43 anos, embora a qualidade da escola justifique o valor investido, os reajustes “são muito pesados”. “O aumento na mensalidade pesa porque meu salário nunca é reajustado da mesma forma. Como a educação dos filhos é primordial, a gente já faz um planejamento financeiro ao longo do ano pensando nesse aumento e, se necessário, faz cortes em outras despesas”, relata.

Os filhos de Daniela, de 4 e 8 anos, estudam em escola particular desde bebês. Neste ano, ela foi informada de que o reajuste ficará entre 5% e 8%. Segundo Daniela, é o grande o esforço para pagar duas mensalidades de cerca de R\$ 2 mil cada.

“Mas acho que vale a pena.”

Percepção diferente teve a





assistente administrativa Adriana de Almeida Mori, de 46 anos, em relação ao colégio que seu filho, de 10 anos, estuda. Para ela, o maior problema não era pagar um reajuste acima da inflação, mas não ver o valor investido em melhorias na escola. “Desde o meio do ano, decidi que mudaria meu filho de escola porque queria um projeto pedagógico diferente e mais atenção a algumas demandas que eu tinha”, conta. Ela optou por matricular a criança em um colégio com mensalidade um pouco mais

cara, mas com projeto mais próximo do que procura.

Docentes. Para Mauro Aguiar, diretor-presidente do Colégio Bandeirantes e membro da diretoria da Associação Brasileira de Escolas Particulares (Abepar), entidade que representa escolas de excelência, os reajustes ficam acima da inflação porque salários e benefícios pagos a professores e demais funcionários também são superiores à reposição inflacionária.

“Cerca de 65% das despesas de uma escola são com salários e encargos sociais dos professores e demais profissionais. No País, a formação de educadores é insuficiente e o setor público paga pouco, então os colégios particulares têm de oferecer boa remuneração para segurar o profissional qualificado.” Ele conta que entre os colégios representados pela Abepar, o reajuste médio para o próximo ano ficou entre 6% e 7%.

---

## PRESTE ATENÇÃO...

---

### Alta deve ser justificada

**1.** **Valor.** Segundo o Procon, não há teto de reajuste, mas ele deve ser proporcional aos custos e o colégio é obrigado a fornecer a planilha de gastos para justificar a alta.

**2.** **Desconto.** Pode haver desconto segundo a forma de pagamento,

mas o valor mensal deve ser fixado e comunicado. Seguros devem ser optativos.

**3.** **Prazo.** A escola deve divulgar a mensalidade e justificativas para a alta 45 dias antes do fim do prazo de matrícula.

**4.** **Pagamento.** Em caso de inadimplência, é ilegal impedir o aluno de ir às aulas ou reter documentos.

## Senadores rejeitam unir orçamentos de educação e saúde

Daniel Weterman / BRASÍLIA

Senadores se movimentam contra proposta do ministro da Economia, Paulo Guedes, de unir os pisos de gastos com saúde e educação. A medida, prevista em dois textos do pacote econômico enviado pelo governo ao Congresso Nacional, permite que Estados e municípios gastem menos com determinada área, compensando despesas maiores na outra ponta.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa chegou a pautar, na quarta-feira passada, uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do senador Alvaro Dias (Podemos-PR) que trazia a mesma proposta de Guedes. Diante da polêmica, no entanto, o texto foi retirado da pauta. Se a proposta fosse votada e rejeitada, o conteúdo do pacote econômico sobre esse ponto não poderia ser votado no mesmo ano.

Atualmente, Estados e municípios são obrigados a gastar

um mínimo de 25% da arrecadação em educação. Para a saúde, governos estaduais devem destinar pelo menos 12% da receita e os municípios, 15%. Tanto a proposta de Alvaro Dias quanto o texto do governo preveem que os mínimos constitucionais para as duas áreas sejam somados nos Estados e municípios. A proposta da equipe econômica inclui ainda a União na regra.

“Teto único é uma questão muito delicada porque você pode migrar recursos muito provavelmente da educação para a saúde e o Brasil já tem uma crise enorme de financiamento da educação”, afirmou o líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), ao Estadão/Broadcast.

O senador Cid Gomes (PDT-CE) levantou a possibilidade de a proposta ser inconstitucional. “A meu juízo, eu duvido até da constitucionalidade disso. Como um ato das disposições transitórias vai atentar contra um percentual mínimo?”, questionou o pedetista

na sessão, referindo-se ao formato da mudança proposto na PEC.

Outros parlamentares se somaram na rejeição à medida. “No limite, o risco é criar o antagonismo entre mais dinheiro para a educação, menos para a saúde, ou mais para a saúde e menos para a educação. Há esse aspecto perigosíssimo do ponto de vista da política orçamentária futura”, disse José Serra (PSDB-SP).

As críticas, porém, ainda não fizeram o relator da PEC emergencial, Oriovisto Guimarães (Pode-PR), mudar de opinião. Ele afirmou que pretende dar aval à soma dos mínimos. “Eu sou favorável. Temos de dar flexibilidade. Temos de desengessar as administrações”, afirmou. “Realmente, em muitos municípios, o número de crianças está diminuindo nas escolas e os problemas de saúde estão se agravando porque a população está envelhecendo.”

## MEC projeta 54 escolas militarizadas até 2020

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) estará presente em 23 estados e no Distrito Federal em 2020 em 54 instituições de ensino. Foi o que anunciou ontem o ministro da Educação, Abraham Weintraub, acrescentando que apenas municípios do Piauí, de Sergipe e do Espírito Santo não foram incluídos no projeto-piloto. Cada escola selecionada receberá R\$ 1 milhão do Ministério da Educação (MEC) para implementar o modelo de ensino e gestão.

Weintraub explicou que o formato de escola é “o principal programa do governo Bolsonaro”, que pode “ter amplo sucesso”. A pretensão é alcançar 216 unidades educacionais, 54 por ano até 2023.

O programa vai ser implementado em 38 escolas estaduais e 16 municipais. Na Região Norte, foram selecionadas 19 unidades; na Sul, 12; e na Centro-Oeste, 10. No Nordeste foram escolhidas oito e apenas cinco no Sudeste.

Aproximadamente mil profissionais foram aprovados para atuar na gestão educacional, vindos

da reserva das Forças Armadas, além de policiais e bombeiros militares da ativa. O Ministério da Defesa receberá R\$ 28 milhões do MEC para custear as despesas de pessoal. O objetivo é que os militares atuem em tutorias e na área administrativa, sem substituir professores nas salas de aula.

### Crítérios a seguir

Para participar do programa, a escola deveria ter encaminhado a adesão assinada pelo prefeito e ter número suficiente de militares da reserva residindo na cidade. Em relação aos critérios classificatórios do processo, o MEC considerou: 1) municípios que eram capitais ou faziam parte da região metropolitana; 2) estarem situados fora das faixas de fronteira; e 3) a situação da faixa populacional. Este último item foi utilizado para desempate, pois o MEC considerou prioritários os municípios mais populosos de cada estado.

Segundo a pasta, o objetivo desta fase do programa era alcançar escolas públicas com o número de matrículas entre 500 e mil, além de áreas em situação de vulnerabilidade social e desempenho abaixo da

média estadual no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Na visão do secretário de Educação Básica, Jânio Macedo, “não há um modelo único de educação de qualidade”. “É obrigação do Estado prover a melhor educação possível para os estudantes. E é comprovado que a educação militar provê um melhor ensino aos seus alunos. No futuro, a intenção é que não precisemos ter militares à frente dessas escolas, que o modelo aprovado comece a se replicar de uma maneira automática.”

Mas, de acordo com a professora de políticas educacionais da Universidade de Brasília (UnB), Catarina de Almeida, a militarização das escolas não é a solução para a melhoria do ensino. “As escolas públicas que foram militarizadas vão ter maior rendimento porque excluem os chamados alunos-problema, aqueles com comportamento difícil e com rendimento fora do esperado. A escola deve atender a todo tipo de aluno.”

\* Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi





## Cidades e estados contemplados



- **Acre:** Cruzeiro do Sul e Senador Guiomard
- **Amapá:** duas escolas em Macapá
- **Amazonas:** duas escolas em Manaus e outra indicação do estado
- **Pará:** Ananindeua, Santarém e duas escolas em Belém
- **Rondônia:** Alta Floresta d'Oeste, Ouro Preto do Oeste e Porto Velho
- **Roraima:** Caracará e Boa Vista
- **Tocantins:** Gurupi, Palmas e Paraíso
- **Alagoas:** Maceió
- **Bahia:** Feira de Santana
- **Ceará:** Sobral e Maracanaú
- **Maranhão:** São Luís
- **Paraíba:** João Pessoa
- **Pernambuco:** Jaboatão dos Guararapes
- **Rio Grande do Norte:** Natal
- **Distrito Federal:** Santa Maria e Gama (regiões administrativas de Brasília)
- **Goiás:** Águas Lindas de Goiás, Novo Gama e Valparaíso
- **Mato Grosso:** duas escolas em Cuiabá
- **Mato Grosso do Sul:** Corumbá e duas escolas em Campo Grande
- **Minas Gerais:** Belo Horizonte, Ibirité e Barbacena
- **Rio de Janeiro:** Rio de Janeiro
- **São Paulo:** Campinas
- **Paraná:** Curitiba, Colombo, Foz do Iguaçu e outra indicação do estado
- **Rio Grande do Sul:** Alvorada, Caxias do Sul, Alegrete e Uruguaiana
- **Santa Catarina:** Biguaçu, Palhoça, Chapecó e Itajaí



# Servidores da Educação e Saúde vão buscar reajuste

As duas categorias reúnem 63 mil servidores. Sinpro-DF quer 37% de aumento

CATARINA LIMA

redacao@grupojbr.com

Entidades representativas de servidores da saúde e da educação já prepararam suas listas de reivindicações para apresentar ao governo do Distrito Federal no próximo ano. As duas categorias reúnem 63 mil servidores, sendo 35 mil da saúde e 28 mil professores efetivos, sem contar os que têm contratos temporários.

O primeiro item da pauta do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Brasília (SindSaúde-DF) é a incorporação da última parcela da Gratificação de Apoio Técnico-Administrativo (Gata), que deveria ter sido paga em 2015. "Nossa luta é pela incorporação da última parcela da Gata, que é a lei. Depois que isso acontecer vamos precisar construir uma mesa permanente, pois existem inúmeros projetos que precisam ser apresentados pela categoria da saúde", frisou em nota a presidente do SinSaúde, Marli Rodrigues.

Já o diretor do Sindicato dos Professores do Distrito Federal, Samuel Fernandes, disse que a principal reivindicação da categoria é a implantação da meta 17 do Plano Distrital de Educação, que garante o pagamento da última parcela do

reajuste de 3,5% que assim, como a Gata do pessoal da saúde, deveria ter sido paga em 2015. "O cumprimento da meta 17 é o ponto de partida para a retomada das negociações. Depois disso, calculamos que é necessário um reajuste de 37% para nos aproximarmos da média salarial das demais categorias de nível superior", disse o sindicalista.

"Quando estava em campanha o governador disse que nenhuma categoria deveria receber mais que os professores, pois todos os outros profissionais passam pelas mãos dos professores. No entanto, de todos os servidores de nível superior, somos os que têm os salários mais baixos", ressaltou Samuel.

Outra reivindicação dos professores é a retomada das reuniões do grupo de trabalho formado pelo GDF - que reúne governo e categoria -, para tratar das pautas de interesse da classe. "Estamos desde 2015 sem reajuste, não podemos ficar mais um ano assim", frisou o diretor do Sinpro.

Marli Rodrigues do SindSaúde não apresentou um percentual definido de reajuste que será pedido ao governo do Distrito Federal, mas garantiu que existem reivindi-

cações a serem feitas. "Virada a página da Gata, teremos que pensar em um plano de carreira, outros reajustes, recomposição salarial e inúmeras reivindicações", previu Marli Rodrigues.

Em entrevista à rádio CBN, o secretário de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, André Clemente, disse que as rodadas de negociações com as categorias para tratar de reajustes deverão recomençar em abril de 2020. Na oportunidade, Clemente afirmou que a última parcela do reajuste dos professores, pendente desde 2015, deverá fazer parte das negociações.

**35**  
MIL É O NÚMERO DE  
SERVIDORES DA SAÚDE

## Militares rejeitam

A novela do reajuste da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros não chegou ao fim e um dos motivos é o auxílio moradia pago à PM. A incorporação do auxílio aos vencimentos dos policiais militares, como está na proposta entregue ontem à presidência da República pelo governador Ibaneis Rocha, pode causar prejuízo financeiro à categoria, segundo representantes dos militares.

De acordo com presidente da As-





sociação dos Oficiais da Polícia Militar, Tenente-Coronel Naine, o auxílio, que não era tributado, ao ser incorporado aos vencimentos passa a incidir sobre o imposto de renda. Além disso, se a proposta for encaminhada ao Congresso por Medida Provisória, o valor deixa de ser pago imediatamente, enquanto que a primeira parcela do aumento só será paga em junho do próximo ano, como previsto. Isso porque MP passa a valer desde o momento de sua edição.

“Eu pessoalmente sou contra a incorporar o auxílio moradia ao salário, já que foi instituído por lei, inclusive reconhecida como legal pelo Supremo Tribunal Federal (STF)”, disse o representante da categoria.

Os cerca de sete mil policiais militares que pagam pensão alimentícia terão, com a incorporação do auxílio moradia aos contracheques, que pagar um valor maior de pensão, ou seja, parte do valor do benefício será tragado pela pensão.

“O secretário de Segurança Pública, Anderson Torres, encaminhou uma proposta de Medida Provisória ao Palácio do Planalto criando auxílios moradia, alimentação e fardamento para a Polícia Civil. Por que então os PMs não podem receber auxílio moradia”, questionou Naine.

## Creches conveniadas ao GDF protestam contra atrasos de pagamentos



Manifestantes se reuniram em frente à Secretaria de Educação, nesta quinta (21/11/2019). Pasta diz que repasse de verba está dentro do prazo

ANA KAROLLINE  
RODRIGUES  
[anakarolline.rodrigues@metropoles.com](mailto:anakarolline.rodrigues@metropoles.com)

Funcionários de creches conveniadas ao Governo do Distrito Federal (GDF) se reuniram em frente

ao prédio da Secretaria de Educação do DF, nesta quinta-feira (21/11/2019), no Setor Bancário Norte. Segurando cartazes, os manifestantes pediam pelo repasse da verba relativa ao mês de novembro, que estaria atrasado, segundo eles. A pasta afirma que o atraso não existe.

Os pagamentos são destinados ao salário de funcionários, à alimentação dos estudantes e a itens de higiene. Nesta quinta, 18 representantes de instituições

participaram de reunião com a secretaria para chegar a um acordo sobre o assunto.

Em nota, a pasta estima que até segunda-feira (25/11/2019) todas as creches conveniadas devem receber o pagamento relativo a novembro. No entanto “o cumprimento dessa previsão dependerá da Secretaria de Economia”.

De acordo com a secretaria, porém, não há atraso nos pagamentos. “Os do mês de outubro foram integralmente efetuados e os de novembro estão dentro dos prazos legais de execução, que vencem somente após o mês em curso”, dizia o texto.

“O crédito orçamentário para o pagamento de novembro já foi publicado em edição extra do Diário Oficial do DF no dia 18 de novembro e nesta quarta-feira à noite, 20 de novembro, foi iniciada a autorização de pagamento a 28 instituições e dado seguimento aos encaminhamentos para o repasse às demais”, completou.



## MEC anuncia 54 escolas selecionadas para o programa cívico-militar

Por Pedro Peduzzi –  
Repórter da Agência Brasil  
Brasília

O Ministério da Educação anunciou hoje (21) a localização das 54 escolas públicas selecionadas para o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares em 2020. Destas, 38 são escolas estaduais e 16 municipais, localizadas em 23 estados e no Distrito Federal.

De acordo com a pasta, cerca de 1.000 militares, tanto da reserva como da ativa, vão participar do projeto-piloto, atuando na gestão educacional das instituições. Segundo o ministro da Educação, Abraham Weintraub, a escolha das escolas levou em conta a localidade, a partir de “uma equação com variáveis com base em critério absolutamente técnico”.

Ouçã na Rádio Nacional:

“São as primeiras 54 escolas cívico-militares.

Começam a funcionar já na volta às aulas. É um modelo que a gente acredita que vai ter amplo sucesso no Brasil. Nossa meta é ambiciosa e vamos ajustar esse método”, disse o ministro.

Os critérios foram detalhados pelo secretário de Educação Básica do MEC, Jânio Carlos Macedo. Segundo ele, foram priorizadas escolas em capitais e regiões metropolitanas em função do acesso a um número maior de estudantes.

“É fundamental que qualquer modelo educacional possa trazer a possibilidade de atender a maior quantidade possível de estudantes para reduzir cada vez mais a distorção que existe entre regiões. Quando você faz a escolha por um município que tem uma grande população, obviamente você pode beneficiar uma quantidade maior de alunos”, disse o secretário.

Entre as escolas escolhidas, 19 estão localizadas na Região Norte; 12 na Região Sul; 10 na Centro-Oeste; 8 no Nordeste; e 5 no Sudeste. Piauí, Sergipe e Espírito Santo ficaram de fora. Cada escola receberá R\$ 1 milhão do governo, o que totaliza R\$ 54 milhões em recursos.

Parte dos recursos (R\$28 milhões) terá como destino o Ministério da Defesa, a quem caberá arcar com os pagamentos dos militares da reserva das Forças Armadas. O restante (R\$ 26 milhões) vão para o governo local, para serem aplicados nas infraestruturas das unidades, materiais escolares e reformas.

### Disciplina

A questão da disciplina foi destacada pelo subsecretário de Fomento às Escolas Cívico-Militares, coronel Aroldo Ribeiro Cursino, como forma de melhor aproveitar o tempo dedicado às aulas. “Se você verificar, há pesquisas que





apontam que cerca de 30% do tempo em sala de aula não é utilizado por falta de silêncio ou controle da turma. Então, a disciplina será uma ferramenta, mas não será a essência principal. Ela é um meio. O principal objetivo é o aluno e a gestão, para que possamos formar de maneira integral esse jovem”, disse o subsecretário.

“O que se espera é um comportamento que preze um melhor tratamento do professor, dos colegas, e de respeito aos símbolos nacionais. Na nossa época, tínhamos [a disciplina de] Educação Moral e Cívica. A gente aprendia esses respeitos. A gente assiste filmes de outros países e vê respeito da população aos símbolos nacionais. Uma das coisas que a escola cívico-militar tenta ressuscitar e trazer à tona é essa questão”, complementou Macedo.

#### Confira a lista

Acre: Cruzeiro do Sul e Senador Guionard

Amapá: duas escolas em Macapá

Amazonas: duas escolas em Manaus e outra indicação do estado

Pará: Ananindeua, Santarém e duas escolas em Belém

Rondônia: Alta Floresta d'Oeste, Ouro Preto do Oeste e Porto Velho

Roraima: Caracará e Boa Vista

Tocantins: Gurupi, Palmas e Paraíso

Alagoas: Maceió

Bahia: Feira de Santana

Ceará: Sobral e Maracanaú

Maranhão: São Luís

Paraíba: João Pessoa

Pernambuco: Jaboatão dos Guararapes

Rio Grande do Norte: Natal

Distrito Federal: Santa Maria e Gama

Goiás: Águas Lindas de Goiás, Novo Gama e Valparaíso

Mato Grosso: duas escolas em Cuiabá

Mato Grosso do Sul: Corumbá e duas escolas em Campo Grande

Minas Gerais: Belo Horizonte, Ibirité e Barbacena

Rio de Janeiro: Rio de Janeiro

São Paulo: Campinas

Paraná: Curitiba, Colombo, Foz do Iguaçu e outra indicação do estado

Rio Grande do Sul: Alvorada, Caxias do Sul, Alegrete e Uruguaiana

Santa Catarina: Biguaçu, Palhoça, Chapecó e Itajaí